

Cultura sexual e reprodução na agenda da mídia: o caso brasileiro (1996-1998)

Maria Teresa Citeli

Doutoranda, Depto. de Sociologia/Universidade de São Paulo
CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução
UNIPAC – Universidade Presidente Antonio Carlos

Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.

Cultura sexual e reprodução na agenda da mídia: o caso brasileiro (1996-1998)

Maria Teresa Citeli

Doutoranda, Depto. de Sociologia/Universidade de São Paulo
CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução
UNIPAC – Universidade Presidente Antonio Carlos

RESUMO

Considerando a crescente importância atribuída à mídia em geral, no que concerne à veiculação de informações e disseminação de valores relativos à sexualidade e saúde reprodutiva, o presente trabalho analisou matérias sobre esse assunto publicadas na mídia impressa brasileira, buscando verificar em que medida as notícias publicadas reconhecem, refletem ou criticam aspectos culturais e reforçam o imaginário sobre gênero e sobre conhecimento científico.

Com base em dados de pesquisa sistemática da cobertura de quatro dos principais jornais brasileiros sobre cultura sexual e saúde reprodutiva nos dois últimos anos (julho de 1996 a junho de 1998), apresenta e interpreta tabelas relativas a 4.636 matérias publicadas. Analisando questões relativas a gênero e a representações do conhecimento científico mais recorrentes nesse material jornalístico, sinaliza mudanças de enfoque verificadas ao longo do período e alternativas de abordagem sintonizadas com a realidade brasileira.

De maneira geral, as matérias jornalísticas analisadas, além de ignorarem a produção das ciências sociais sobre saúde reprodutiva, deixam transparecer possíveis vieses de gênero, tanto na escolha quanto na retradução das notícias, ao mesmo tempo que reforçam a visão estereotipada de “ciência” como espelho da realidade.

Apresentação

Considerando a crescente importância atribuída à mídia em geral, no que concerne à veiculação de informações e disseminação de valores relativos à sexualidade e saúde reprodutiva, o presente trabalho analisou matérias sobre esse assunto publicadas na mídia impressa brasileira, buscando verificar em que medida as notícias publicadas reconhecem, refletem ou criticam aspectos culturais e reforçam o imaginário sobre gênero e sobre conhecimento científico.

Longe de esgotar as possibilidades interpretativas oferecidas pelas matérias, este artigo concentra-se em três diferentes aspectos da cobertura dos jornais diários no período analisado – surgimento de novos atores e assuntos na referência ao aborto; incorporação dos homens na pauta de saúde reprodutiva; e as fontes buscadas pelos jornalistas, que resultam na predominância da abordagem biomédica em detrimento dos novos enfoques das ciências sociais – aspectos esses que permitem identificar possíveis repercussões, diretas ou indiretas, sobre os padrões de gênero.

Os dados analisados provêm da base de dados “Olhar sobre a mídia”¹, mantida pela Comissão de Cidadania e Reprodução – CCR *, com o objetivo de monitorar a publicação de matérias sobre saúde reprodutiva e sexualidade nos quatro principais jornais brasileiros². Desse monitoramento resulta, entre outros, a publicação do boletim trimestral *Olhar sobre a mídia*, que tem como público-alvo jornalistas, editores e redatores, visando contribuir para que a cobertura da mídia brasileira sobre os temas de interesse da CCR possa favorecer a formação de uma opinião pública esclarecida sobre a temática de saúde reprodutiva e, também, provocar impactos sobre os estereótipos de gênero vigentes na sociedade brasileira.

Diariamente são coletados recortes das matérias publicadas nos quatro jornais, referentes a cinco grandes categorias temáticas estabelecidas de acordo com os interesses da pesquisa (aborto, Aids/DST, câncer do aparelho reprodutivo, reprodução e cultura sexual) e codificadas por data, veículo, autor, título, espaço, natureza do texto (opinativo/informativo) origem e fontes de informação utilizadas. O conteúdo das matérias é

¹ A base de dados “Olhar sobre a mídia” fica a cargo do rigoroso e eficiente cuidado diário de Cristiane Bianco, secretária da CCR, a quem agradeço a montagem das tabelas aqui apresentadas.

* Comissão de Cidadania e Reprodução
R. Morgado de Mateus, 615 04015-902 São Paulo Brazil
Tel. (5511) 574-0399 e-mail ccr@ax.apc.org Homepage <http://www.ccr.org.br>

² Os jornais pesquisados são *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e, do Rio e Janeiro, *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

posteriormente classificado de acordo com categoria temática e assunto tratados, referências a sexo, raça/etnia, faixa etária e áreas de abordagem.

No período de dois anos foram acumulados recortes de 4.636 matérias, ocupando o considerável espaço de 332 mil cm/coluna, equivalente a mais de 1.100 páginas de jornal, distribuídos por categoria temática como mostra a tabela a seguir.

Distribuição das matérias por categoria, jul.1996 - jun.1998

Categoria temática	N	%
Aborto	484	11,5
Câncer	285	4,5
Aids e DSTs	1.411	26,0
Reprodução	883	18,0
Cultura sexual	1.573	40,0
Total	4.636	100,0

Fonte: Banco de dados *Olhar sobre a mídia*, CCR

A quantidade, qualidade e o grau de sistematização do material contido no banco de dados "Olhar sobre a mídia" presta-se a uma vasta gama de análises que, certamente, poderiam extrapolar seus conteúdos de gênero. No entanto, o debate público travado na mídia impressa sobre os temas relativos à saúde reprodutiva e sexualidade, por pertencer a um domínio que envolve a corporalidade feminina e masculina, bem como as relações assimétricas de poder entre os sexos, pode conduzir a questões centrais da agenda dos estudos de gênero.

O presente texto inicia-se apresentando considerações gerais sobre o interesse que a mídia tem despertado entre pesquisadores voltados para os estudos de gênero e de saúde reprodutiva no Brasil. Em seguida destacam-se duas novas predisposições que podem ser identificadas, no tratamento dado ao tema do aborto e na nova maneira como os homens têm sido referidos em matérias sobre doenças sexualmente transmissíveis, câncer do aparelho reprodutivo, riscos para o feto, fecundidade, prazer e andropausa.

Analisando-se as fontes preferidas pelos jornalistas e editores para a redação de suas matérias, identifica-se uma forte preferência por publicações científicas da área biomédica, universidades e estudos acadêmicos da mesma área. Para essa análise, foi preciso recorrer à literatura de gênero voltada para o estudo das ciências, que facilita o entendimento dos possíveis vieses presentes (mas não exclusivamente) na cobertura jornalística sobre questões de saúde reprodutiva.

Dois percursos acadêmicos concorrem para as discussões aqui apresentadas : os recentes estudos sobre mídia e gênero e os estudos de gênero sobre a produção das ciências biomédicas.

Não é recente a importância que pesquisadores interessados em questões de gênero e de saúde reprodutiva e sexual têm demonstrado pela abordagem da mídia impressa e eletrônica sobre o tema. Autores que buscaram interpretar as mudanças sócio-culturais ocorridas na sociedade brasileira nos últimos 30 anos que provocaram impacto na saúde reprodutiva da população, notadamente a abrupta queda da fecundidade brasileira, não deixaram de reconhecer que a mídia foi dos fatores implicados nessas transformações³.

Aborto: novas vozes e argumentos

Nos anos 90 começam a surgir na academia e no âmbito da militância feminista pesquisas e publicações que buscam, do ponto de vista das relações de gênero, compreender e analisar de que maneira e com que conteúdo os meios de comunicação estão demarcando cultural e biologicamente as fronteiras entre os sexos e abordando as diferenças entre eles; tais pesquisas têm possibilitado melhor entender as contribuições da mídia para mudanças e permanências nos estereótipos e nas relações de gênero⁴.

Ao tratar do debate ocorrido na mídia brasileira sobre a questão do aborto⁵, Danielle Ardaillon (1997) afirma que a polêmica em torno do assunto foi progressivamente incorporando (ao lado de justificativas alegando questões de saúde pública) novos argumentos em favor do exercício dos direitos individuais e da saúde reprodutiva, além de diferentes vozes, tornando-se cada vez mais plural. Essa autora, depois de analisar um conjunto significativo de artigos publicados na imprensa brasileira nas últimas três décadas, afirma que:

Vejo como principal resultado a consolidação do ator social "as feministas" (embora divididas entre mais ou menos radicais, mais pro-direitos sociais ou mais pro-direitos individuais) e da argumentação do movimento de mulheres em prol da valorização da cidadania da mulher brasileira. O debate democratizou o feminismo brasileiro: agora todas falam, as católicas falam, as negras falam.[...] o fato é

³ Veja-se, por exemplo, Barroso (1987), Faria (1989) e Martine (1995).

⁴ Veja-se, por exemplo, Piscitelli (1996), CFEMEA (1997), Almeida (1998), *Olhar sobre a mídia* (1996-1998).

⁵ No Brasil, desde a década de 40 o aborto permanece ilegal, exceto em dois casos: risco de vida para a mãe ou gravidez resultante de estupro.

que, nessa polêmica específica, de mais de vinte anos, o discurso feminista sobre o aborto foi se transformando e enriquecendo, como resultado de um diálogo constante no seu próprio campo, o da militância, e fora dele, num "polilogo" entre diferentes vocabulários. (Ardaillon, 1997, p. 69-70)

Os dados utilizados pela presente pesquisa permitiram identificar 484 matérias (11,5% do total) sobre o aborto. Uma rápida corrida de olhos sobre a Tabela 1 - Fonte principal das matérias por categoria temática (ver anexo), poderia levar à conclusão apressada de que as igrejas continuam dominando o cenário, sendo a fonte mais buscada ou aceita pelos jornalistas (17); os movimentos sociais e as ONGs (onde se enquadram as feministas) só foram fonte de 3,7% das matérias. No entanto, essa forte presença das igrejas (especialmente a Católica) precisa ser melhor analisada à luz do agressivo esquema de divulgação montado pela Igreja Católica, durante a vinda do Papa ao Brasil, ocorrida durante o período analisado. Mais que isso: a análise do conteúdo de uma vasta gama de matérias parece confirmar a sugestão de Danielle Ardaillon, sinalizando uma inflexão na ordem dos argumentos favoráveis, que passam progressivamente do consagrado bordão que advoga o direito ao aborto em nome da defesa da saúde pública, para uma nova ordem de argumentos, baseados no direito à autonomia e à liberdade – o que sem dúvida reflete alterações nos padrões de gênero vigentes.

Bom exemplo de incorporação de novas vozes (legitimadas no campo do saber instituído e da lei) e novos argumentos favoráveis pode ser encontrado em uma matéria ocupando mais de quatro páginas do jornal, publicada num domingo (1º dez.1996), pela *Folha de S. Paulo* com o título *Gravidez hi-tech e aborto no tribunal*, integrando especialistas em medicina, direito e ética para discutir os novos casos de aborto praticados no Brasil mediante alvarás judiciais em caso de anomalias fetais graves.

Outras matérias refletem a incorporação de novos temas e de novas posições das/os brasileiras/os sobre a questão do aborto. Ilustrativa disso é a divulgação de duas pesquisas de opinião pública realizadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, publicadas no mesmo dia, em 28 de setembro de 1997. Nesse período estava em discussão, tanto no âmbito parlamentar, como no âmbito do Ministério da Saúde, a obrigatoriedade dos hospitais públicos prestarem atendimento aos casos que vêm sendo chamados de "aborto legal", ou seja, de aborto previsto em lei (estupro e risco de vida da mulher). As duas matérias, apoiadas em pesquisas feitas por seus próprios institutos, revelam que algo em torno de 80 dos moradores da metrópole paulistana são favoráveis a esse tipo de atendimento. E mais, que mesmos entre os entrevistados que se disseram católicos, esse índice praticamente se mantinha inalterado.

Se pretendemos superar a visão conspiratória de que a mídia advoga contra os interesses das mulheres com a intenção deliberada de manter o poder masculino e as relações assimétricas entre homens e mulheres, podemos encontrar no debate sobre o aborto, ocorrido no período analisado, alguns sinais de mudança. Estes sinais parecem indicar que a produção jornalística é muito mais um reflexo (embora mediado) dos preconceitos e idiosincrasias presentes na sociedade que um centro de poder que conspira contra os interesses de gênero.

Homens em cena

Nos anos 90, na América Latina e nos Estados Unidos, assiste-se a uma verdadeira invasão dos homens na pauta dos estudos de gênero, da intervenção de grupos militantes e, até mesmo, das conferências promovidas por poderosas agências internacionais. Hoje, na área das ciências sociais, proliferam pesquisas, publicações, seminários, grupos de estudo e intervenção e mesmo concursos de dotações para pesquisa que estimulam a produção sobre o tema “masculinidades”. Tudo isso parece ser uma saudável e deliberada “busca do tempo perdido” nas duas décadas anteriores quando, inicialmente a mulher universal e, depois, as mulheres foram o foco central dessas diferentes modalidades de atuação.

Esse “novo”⁶ eixo de discussões projeta-se sensivelmente sobre os temas relativos à saúde reprodutiva e sexual, muitas das vezes buscando interrogar de que modo os comportamentos, identidades e dilemas próprios do gênero masculino intervêm nos processos de saúde reprodutiva e sexual e da propagação e cuidado das doenças sexualmente transmissíveis, notadamente da Aids.

Concomitante a essa efervescência no âmbito das ciências sociais, no domínio das ciências biomédicas (e da indústria farmacêutica), ao que parece, também está acontecendo um movimento que concorre para trazer os homens à cena – e isso não se refere apenas ao recente *boom* internacional de mídia e de mercado que envolveu a comercialização do Viagra.

Esse movimento não deixa de ter reflexos sobre a mídia. No total de matérias publicadas foram identificadas 442 (quase 10%) referindo-se exclusivamente ao sexo masculino, algumas das quais merecem destaque,

⁶ O termo novo, em meu entender, deve ser utilizado entre aspas devido a, pelo menos, duas razões: 1. os comportamentos, práticas e representações sociais sobre masculinidades estiveram subjacentes em muitas das pesquisas sobre mulheres e 2. essa lacuna (ausência de estudos sobre homens) já era identificada em muitos dos estudos de gênero realizados na década de 80.

por contribuir para a superação do tradicional obscurecimento histórico dos homens nesse domínio da vida. Essa proporção tem se mantido desde os primeiros dados da pesquisa e mereceu o devido destaque no *Olhar sobre a mídia* (n.2, mar. 1997) que, em seu editorial, afirmava:

Com satisfação a equipe do Olhar sobre a mídia deparou-se com matérias que conferem aos homens o papel que lhes cabe no trato de sexualidade e saúde reprodutiva (...) e os situam como agentes ou personagens.

A segunda maior matéria que esta edição do Olhar pesquisou é um exemplo. Diante da mobilização de norte-americanos pelo direito a não assumir a paternidade de um filho indesejado, a reportagem dá a palavra ao homem brasileiro. Registra, por aqui, as angústias da paternidade indesejada e ouvem homens que acolhem com prazer a gravidez da companheira. Entrevista também especialistas e feministas e é pioneira ao tratar simultaneamente de comportamento, legislação e cultura.

Os homens aparecem também como pacientes, em matérias que tratam de impotência, câncer de pênis e próstata. São lembrados, com propriedade, como transmissores do câncer de colo uterino, doença de alta incidência no país. (...) Na sociedade ocidental, as discussões sobre os direitos e responsabilidades da paternidade constitui um saudável sintoma do rearranjo dos jogos de poder entre os sexos. Uma tendência que, certamente, contribuirá para se alcançar maior equidade de gênero e melhores indicadores de saúde para toda a população.

O referido editorial termina incentivando os jornalistas a abordar cada vez mais esses temas.

Otimismo da equipe responsável pela redação do boletim? Pode ser. Ainda assim, a releitura das matérias referidas nesse editorial permitem identificar uma brecha aberta na cobertura da mídia, pela qual poderão entrar muitas pautas de interesse para as questões de gênero.

Até aqui, foram sendo apontadas tendências que permitem manifestar um certo otimismo em relação à pauta dos quatro principais jornais pesquisados. Antes de abandonar esse tom, é bom lembrar que, certamente, outros dados igualmente auspiciosos poderiam ser encontrados no material pesquisado. No entanto, os limites impostos pela natureza e pelo escopo do presente trabalho conduzem à interpretação de outro grupo de dados, que apontam para dois problemas, quantitativa e qualitativamente significativos, verificados na cobertura analisada.

Na verdade, as duas questões merecem ser interrelacionadas. A primeira refere-se ao significativo percentual de matérias cujas principais fontes são as publicações científicas e universidades ou estudos acadêmicos, especialmente no caso do câncer (37,6%) e da reprodução (23,4%),

conforme a Tabela 1 (anexa). A segunda está relacionada com a área disciplinar de abordagem das matérias que continuam encontrando acolhida pelos jornalistas.

Na Tabela 2 (ver anexo), pode-se constatar que as ciências biológicas e da saúde são a abordagem predominante em 31 do total de matérias, enquanto as ciências humanas o são em apenas 6, com destaque para as categorias temáticas câncer (80% e 2%, respectivamente) e reprodução (54% e 6%). Os dados da Tabela 3, que reúne apenas as 646 matérias que tiveram como fonte publicações científicas, universidades e estudos acadêmicos, exibem a desmesurada predominância das ciências biológicas como área disciplinar de abordagem em relação às ciências humanas e sociais.

Essa última constatação exige recuperar parte da produção dos estudos de gênero sobre ciências para depois nos debruçarmos sobre algumas das matérias analisadas, provenientes das publicações científicas.

A natureza cultural da biologia

A partir do início dos anos 70, notadamente nos Estados Unidos e na Europa, os estudos feministas firmaram-se tanto do ponto de vista institucional – com o reconhecimento da produção acadêmica feminista e integração destas na academia, em seu currículo, postos etc. – quanto do ponto de vista teórico, em estudos transdisciplinares que integraram Antropologia, História, Sociologia, Ciência Política, Demografia e Biologia, além de saberes institucionalizados fora da academia, como a Psicanálise.

Desnaturalizar hierarquias de poder supostamente baseadas em diferenças de sexo foi, e continua sendo, um dos eixos centrais dos estudos de gênero. Processos que pareciam pertencer ao âmbito biológico, portanto ao domínio da natureza, começaram a ser pensados como socialmente construídos em contextos históricos e culturais que incidem sobre os arranjos de gênero vigentes em diferentes culturas e, mesmo, sobre os estudos de gênero.

Na verdade, a oposição entre componentes – o natural/biológico relativo a sexo e o social/cultural relativo a gênero – inicialmente construída nesses estudos tem sido muito útil na luta contra essencialismos de toda ordem que, desde o século passado, vinham recorrendo a argumentos biologizantes (conformação da ossatura, do cérebro, funções, órgãos e fisiologia da reprodução) para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente. As novas abordagens propostas passam a desconfiar de várias outras oposições binárias como público e privado, produção e reprodução, natureza e cultura, sexo e gênero...

No entanto, as tentativas por desfazer fronteiras da aparente oposição entre natureza e cultura, de um modo geral encontram obstáculos, pois, como argumenta Sandra Harding (1993), “esta [oposição] é empiricamente falsa, mas não pode ser descartada por permanecer estruturando nossas vidas e nossas culturas”.

Na mesma linha argumentativa, Emily Martin (1987) afirma que “é difícil ver como nossas idéias científicas atuais são inspiradas por pressupostos culturais; é mais fácil ver como idéias científicas do passado (...) podem ter sido afetadas por idéias culturais mais antigas”. Outros estudiosos vêm argumentando, da mesma forma, que o próprio corpo humano tem uma história. Thomas Laqueur realizou sucessivas investigações revelando que, entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, as significativas mudanças sócio-políticas produziram um contexto favorável (senão imperativo) à emergência de um novo modelo médico para interpretar as diferenças entre os sexos, que não pode ser considerado resultado apenas dos avanços tecnológicos da época. O autor está convencido de que, mesmo portadora de contradições, essa reinterpretação da biologia reprodutiva feminina foi convocada para resolver, também, problemas ideológicos.

Embora as proposições de Laqueur possam parecer elas mesmas contraditórias, e com ênfase exagerada na caracterização das mudanças ocorridas nesse período, permanece plenamente sustentável sua proposição de que não se tratava apenas de utilizar a biologia para subestimar as mulheres: percebe-se que partes do corpo e da fisiologia, masculina e feminina, passam a ser desenhadas e vistas através da lente ideológica que lhes dá forma. Assim, apesar da crença que leva cientistas naturais a acreditarem que suas proposições científicas são um “espelho da natureza”, elas na verdade refletem, e muito, sua cultura, pois não são produzidas num vácuo.

A mesma linha de investigação, com excelentes resultados, é seguida por Londa Schiebinger (1987) em *Esqueletos no armário: as primeiras representações do esqueleto feminino na anatomia do século XVIII*. A autora desvenda como a perspectiva de desigualdade entre os sexos atingiu os estudos de anatomia – chegando ao desenho dos ossos femininos – fazendo-o, em sua interpretação mais enfática, para desmerecer mulheres e crianças em relação ao homem (branco e europeu). No entanto, o que resulta mais interessante do ponto de vista aqui defendido é, mais uma vez, sua análise que faz emergir a imagem clara dos conteúdos culturais nos quais a “verdade” científica está embebida.

Como afirma Emily Martin (1996, p.51), “a nova onda de feministas ultrapassou o estudo das próprias ciências sociais: elas foram direto à jugular

das ciências naturais”⁷. Perfilaram-se contra os pressupostos de objetividade, neutralidade, transparência, verdade e universalidade que sustentam o método científico empregado pelas ciências naturais, refundando essa crítica em outra perspectiva.

Nesse contexto, esvaziou-se a própria crença no monopólio do método científico sobre o conhecimento, borrando a imagem de “ciência” como cidadela emparedada no alto da montanha: “os muros da cidadela são porosos e vazantes; dentro não é puro conhecimento, fora não é pura ignorância” (Martin 1996, p.52).

É Bruno Latour (1994, p.35), reconhecido praticante das ciências humanas e notável representante dos estudos culturais das ciências, quem sugere os antecedentes distantes dessa tradição, que provê ao cientista natural imunidade ao cumprir o mandato de quem fala em nome da natureza, depois de operada a aparente separação que se processou no início da modernidade, constituindo “de um lado, o sujeito de direito; de outro, o objeto da ciência. Os porta-vozes políticos irão representar a multidão implicante e calculadora dos cidadãos; os porta-vozes científicos irão de agora em diante representar a multidão muda e material dos objetos”.

Todas essas abordagens têm provocado reações ardentes por parte de praticantes das ciências naturais e reavivado questões que já estão em pauta desde a década de 30 (por exemplo, por meio dos trabalhos de Ruth Benedict, especialmente *Patterns of culture* ou, ainda, na discussão proposta por C. P. Snow, no livro *The two cultures*, ao abordar as profundas diferenças que envolvem a prática das ciências naturais e das ciências humanas).

Essa antiga polêmica foi, e continua, exacerbada nos últimos três anos, na seqüência de escaramuças que integram a chamada “guerra das ciências”⁸. Tudo indica que um possível armistício para a “guerra” que opõe cientistas naturais de um lado, e cientistas sociais de outro, está longe de ser celebrado. Os torpedos disparados podem sugerir uma infindável lista de pares em oposição: ciência e humanidades; direita e esquerda; conservadores e progressistas; racionalistas e irracionais; objetividade e subjetividade; dogmáticos e céticos; ciência e charlatanismo. Os primeiros alegam defender a natureza, a verdade e a espécie humana, enquanto os outros insistem em que os primeiros se confundem porque cultura e natureza

⁷ É bem verdade que essa afirmação, que considero de ótimo efeito retórico, não pode ser entendida ao pé da letra, por dois motivos: de um lado, não se verifica uma seqüência cronológica que comece com estudos de gênero de crítica à cegueira das ciências sociais em relação a questões de gênero e passe, posteriormente, a abordar os vieses das ciências naturais; de outro, de fato os estudos culturais das ciências podem ter alvejado a jugular das ciências, mas tê-las atingido é uma outra questão, que ainda está em aberto.

⁸ Ver a respeito, por exemplo, Citeli (1998); Haraway (1997); Harding (1996).

não se separam. Em poucas palavras, a guerra opõe, de um lado, os estudos culturais da ciência, que questionam veementemente as credenciais de imunidade ao social apresentadas pelos praticantes das ciências naturais; e, de outro, biólogos, biomédicos, físicos, entre outros, que interpretam tal questionamento como acusações de fraude, criticando nos primeiros o irracionalismo, o relativismo e a falta de rigor.

O contexto aguerrido nos brinda com metáforas como a apresentada por Sharon Traweek (1996, p.130), de que nossas tradicionais visões sobre ciência são usualmente provenientes da Igreja Católica medieval, que consagra santos (os gênios), milagres (descobertas) e lugares sagrados (laboratórios). Ou, ainda, a imagem utilizada por Hilary Rose (1996, p.77) para referir-se à mídia que, longe de portar-se como mera observadora, promove e alimenta a valorização de uma pluralidade de Moisés (cientistas) autoritários, que descem da montanha portando as tábuas da lei.

Jornais diários: a ciência transborda da torre de marfim

É difícil ler o que os grandes jornais diários noticiam sobre “ciência” sem que venha à mente a já mencionada metáfora cunhada por Hilary Rose, para referir-se à prática de jornalistas que promovem a imagem dos cientistas como portadores da verdade indiscutível sobre a natureza.

Muitas “descobertas” são anunciadas mesmo que, 15 dias depois, desmentidas por outras pesquisas, essa segunda notícia seja divulgada sem que nenhum vínculo se estabeleça entre a primeira e o desmentido posterior. Essa falta de cuidado veio à tona – e foi muito criticada, inclusive nos próprios meios de comunicação – por ocasião da divulgação de pesquisas sobre os “coquetéis” salvadores para os doentes de Aids. Resultados de pesquisas comunicados em encontro internacional sobre a doença, realizado em 1995, assumiram em muitos veículos da mídia a imagem de “descoberta” de remédios para a cura da Aids. Já faz mais de dois anos que cientistas, jornalistas criteriosos e editores de jornais correm atrás do prejuízo para desfazer a falsa imagem de cura⁹.

O problema da divulgação inconseqüente de supostas descobertas científicas é tão evidente que causa desconforto e passa a ser discutido até em editoriais dos grandes cotidianos pesquisados. O editorial “Ciência astrológica”, publicado em 26 fev.1998 na *Folha de S. Paulo*, aborda o assunto procurando responsabilizar cientistas (segundo o editorial, premidos pela necessidade de publicar e ao mesmo tempo fascinados com a

⁹ Sobre esse assunto ver, por exemplo, *Olhar sobre a mídia* n.1, dez. 1996.

publicidade proporcionada pela mídia) pela divulgação apressada de resultados de pesquisas, criticando o “funil da divulgação que termina por travestir ciência em algo que lhe é estranho, quando não oposto”. O editorial também não poupa o determinismo biológico, lembrando que “cientistas responsáveis não se cansam de dizer que biologia, cultura e psicologia se cruzam para conformar o ser humano”.

O mais contraditório é que os praticantes do chamado jornalismo científico acreditam estar divulgando ciência e combatendo um grande mal: o analfabetismo científico de que padece o grande público. Na verdade, uma visão mais integrada da relação entre atividade e divulgação científica permite “questionar o postulado da independência e anterioridade da produção científica em relação à atividade de comunicação ou divulgação”, entendendo que não são diferenciadas de forma dicotômica, “mas formam um *continuum* expositivo, desde a apresentação dos resultados intra-pares até a difusão ao grande público”¹⁰. A matéria jornalística, assim, embora se paute por normas específicas e pretenda usar uma linguagem adequada ao grande público, na maioria das vezes retransmite, quando não intensifica, os vieses presentes nas fontes que utiliza.

Não se pode esquecer o que é óbvio, mas merece ser lembrado: nesse contexto de divulgação científica, que quase sempre se pretende objetivo, o que é divulgado como ciência são pesquisas básicas e aplicadas nas áreas exatas e biológicas, enquanto as ciências humanas raramente comparecem às páginas jornalísticas destinadas à ciência, como comprovam os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3 (em anexo).

Por seu lado, a divulgação das ciências naturais para o público através da mídia é uma longa e honorável tradição que, segundo Hilary Rose (1996, p. 67), teve como pioneiro o biólogo socialista J. B. S. Haldane (1892-1964). Autor do livro *The causes of evolution*, é considerado um dos fundadores do darwinismo moderno e, ao mesmo tempo, um homem de letras. Foi esse ensaísta brilhante que inaugurou em 1946 uma coluna regular no jornal inglês *Daily Worker*. Mais tarde, essa tarefa de escritor profissional de ciência estendeu-se para as revistas de divulgação científica euro-americanas, jornais diários e demais revistas. Porém, ainda segundo Rose (1996), raros são os veículos que superaram o monólogo e desenvolvem uma

¹⁰ Fui alertada para isso ao tomar conhecimento do programa do Curso “Geociências e Público” ministrado pela Prof. Maria Margareth Lopes, na UNICAMP. Sobre o mesmo assunto ver também Hilgartner (1990).

abordagem fortemente democrática que permita o diálogo entre, por exemplo, os que produzem biotecnologia e o público usuário final¹¹.

Dorothy Nelkin (1987) e Bruno Latour (1997), cada um à sua maneira, sublinham a importância dos *press releases* e do relacionamento com a mídia para o funcionamento de grandes sistemas de pesquisa, especialmente quando estão em jogo disputas ou potenciais decorrências comerciais dos experimentos.

No Brasil, o jornalismo científico conta com reconhecidos profissionais: em qualquer escola de comunicação se pode ouvir o nome do pioneiro a se embrenhar nesta área e de outros tantos que se esforçam para promover “divulgação científica”, visando, como já foi dito, superar o “analfabetismo científico” verificado entre os leitores. No entanto, poucas matérias da lavra desses especialistas foram encontradas no material pesquisado. Aliás, vale lembrar que menos de 5% das matérias da Tabela 3 eram assinadas.

Mais da metade delas parece sugerir que estão ali apenas para cobrir alguns centímetros de jornal que estavam em branco. De fato, para tanto, há uma grande quantidade de fontes disponíveis: uma avalanche de resumos e índices de revistas científicas inunda sabidamente a redação de jornais, muitos com a devida antecedência, para que a grande imprensa possa planejar sua divulgação de modo a coincidir com o dia que as revistas entram em circulação. Além disso, na mídia eletrônica, além dos *sites* mantidos pelas grandes revistas científicas – que permitem (em alguns casos) a qualquer mortal receber em sua casa semanalmente o índice, resumos e até a íntegra de artigos publicados – encontram-se, também, *sites* voltados exclusivamente para jornalistas. Publicados por empresas especializadas, autorizadas por um vigoroso *pool* de grandes revistas (como a página que pode ser localizada pelo sugestivo nome www.eurekalert.org), esses espaços são mantidos exclusivamente para facilitar o acesso antecipado de jornalistas a uma extensa gama de informações veiculadas em revistas científicas. Sem dúvida, por outro lado, essa facilidade proporcionada recentemente aos jornalistas deve ter impacto sobre o excessivo número de pequenas e grandes notas que têm como fonte revistas científicas acessadas diretamente por esses espaços ou, como acontece muito, replicando outros jornais internacionais.

¹¹ No Brasil isso não é muito diferente. Observando, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* que, num esforço de incrementar a comunicação com os leitores, vem publicando o endereço eletrônico de seções do jornal e até mesmo de autores de matérias de opinião, pode-se perceber que é na seção ciência (e também no caderno “Mais”) que esses caminhos são menos divulgados. Uma honrosa exceção parece ser a recente coluna fixa publicada na Revista da Folha por Ricardo Bonalume.

Ao pesquisar a trajetória da Aids na mídia brasileira, Jane Galvão (1992) constatou que o noticiário dos primeiros anos firmou noções fundamentais – formas de infecção, grupos sociais mais vulneráveis etc. – que, embora mais tarde tenham se mostrado completamente equivocadas, configuraram uma imagem da doença que parece ter se cristalizado. Nessa mesma pesquisa, constatou que a abordagem da mídia em relação à mulher seguiu uma situação típica de “encobrir e revelar”. Reforçou-se a idéia da prostituta como integrante dos “grupos de risco” (como aliás fizeram também os estudos e intervenções no âmbito da Epidemiologia), enquanto se evitava que as mulheres não enquadradas em “carreiras de desvio” pudessem se identificar como ameaçadas pela Aids, no que a autora chamou de *apartheid* de gênero.

No caso do presente trabalho, as matérias que, pelo menos à primeira vista, parecem mais neutras, ou mais imunes aos vírus e miasmas ideológicos, são também as que guardam menor distância do conteúdo originalmente publicado nas revistas em que se baseiam, tratando em geral da detecção precoce de doenças e da descrição de novas terapias.

Essencialismo, simplificação, sensacionalismo

O que este estudo permite detectar são quatro ordens de problemas, nenhum deles específico (pelo menos em princípio) da mídia brasileira, que podem sinalizar tanto as construções de gênero vigentes como aquelas em processo de elaboração, a partir de imagens do corpo feminino e masculino:

1. a excessiva simplificação, que afeta títulos e conteúdo das matérias, torna enganosas muitas das notícias e poderiam até ser interpretadas como sinais de vieses de gênero atravessando o trabalho do editor ou jornalista que escolhe o que divulgar e redige as matérias;

2. muito do que foi publicado, embora tenha provocado calorosas discussões nas revistas científicas, não foi acompanhado nem divulgada sua repercussão, ou seja, ficou congelado como se correspondesse a uma “verdade” ou descoberta. Verdades provisórias convertem-se em descobertas enquanto as controvérsias deixam de ser absorvidas;

3. a comparação da matéria publicada no jornal com o texto da revista de origem mostra que os termos “descoberta” muitas vezes não são empregados pelos cientistas, de um modo geral mais cautelosos que os jornalistas;

4. Correlações são tomadas como relações de causa e efeito.

Exemplos disso são matérias com títulos como os que se seguem:

Orgasmo masculino apareceu primeiro: pesquisa inglesa indica que prazer sexual do homem surgiu em etapa evolutiva anterior ao da mulher (Jornal do Brasil, 31 dez.1997, p.10).

Orgasmo ajuda homens a viver mais (O Estado de S. Paulo, 19 dez.1997, p.A-16)

Estudo indica que homem vive mais se fizer mais sexo (O Globo, 19 dez. 1997, p.33).

Outro bloco pode ser formado pelas matérias que operam simplificações extremas, associando por exemplo aborto e 'homossexualismo' com suicídio¹², ou então aborto a câncer de mama¹³. Essas, aliás, também podem ser incluídas no bloco da falta de acompanhamento, pois as mesmas revistas que lhes serviram de fonte, às vezes no mesmo número, discutem a confirmação desses achados, embora isso não seja mencionado nem na matéria em questão nem em subseqüentes. Tudo parece ficar congelado.

Interessante mesmo foi a pequena nota, publicada na *Folha de S. Paulo* em 20 out. 1997, intitulada "Feto feminino 'fala' mais, diz estudo". Supostamente baseada no resultado de uma pesquisa publicada na revista inglesa *The Lancet*, a nota é curta e apenas relata que "os fetos femininos movem mais a boca do que os masculinos durante seu desenvolvimento no útero". Depois de informar procedência da informação, dos pesquisadores e os números envolvidos na pesquisa, conclui com a afirmação de que "os resultados podem indicar que mulheres se desenvolvem mais rápido que homens". No corpo da notícia, portanto, desaparece qualquer referência à fala. Sinto-me tentada a pensar que quem redigiu esse título nem percebeu que o conteúdo da pesquisa não era esse, mas que seus preconceitos "falaram" mais alto.

De fato, ao folhear a revista *Lancet* dessa mesma data, pode-se encontrar um pequeno resumo, ocupando pouco mais de meia página, relatando um estudo feito por três psicólogos irlandeses que pesquisaram fetos de 39 grávidas. O título era *Sex differences in fetal mouth movements*, e o principal objetivo dos autores era relatar a observação de, pelo menos, uma diferença entre os sexos que antecede ao nascimento, para sugerir que diferenças entre os sexos não aparecem no nascimento, mas têm suas origens no período pré-natal. No entanto, mesmo entendendo que a observação de diferenças de comportamento entre os sexos em tão tenra

¹² "Estudo liga aborto a suicídio", *Folha de S. Paulo*, 6 dez.1996, p.1-14; "Aborto pode levar mulher ao suicídio", *Jornal do Brasil*, 6 dez. 1996; "Estudo liga suicídio a homossexualismo", *Folha de S. Paulo*, 29 ago.1997, p.1-16.

¹³ "Aborto aumenta risco de câncer de mama", *Jornal do Brasil*, 12 out.1996, p.14; "Estudo associa aborto a câncer de mama", *O Estado de S. Paulo*, 13 out. 1996.

idade favorece uma explicação biológica de suas causas, os autores do artigo original contentaram-se em anunciar que as fêmeas são mais avançadas em seu desenvolvimento e que os movimentos da boca são de pouca utilidade para o feto, embora essenciais para o recém-nascido sugar, alimentar-se e, portanto, sobreviver. Nenhuma palavra, portanto, sobre falar.

Outras preciosidades, de duas diferentes ordens, podem ser encontradas nas matérias que se referem aos processos corporais ligados à gravidez e aos riscos de determinados comportamentos dos pais para com o feto e/ou o nascituro.

À luz dos estudos de gênero sobre ciências, não parece muito difícil atribuir significado a uma pequena nota (*Folha de S. Paulo* 9 jan. 1997, p.1-13) intitulada “Cérebro das grávidas encolhe” (e leva seis meses para voltar ao normal!), para dizer que isso pode explicar a perda de memória durante a gravidez. Já outra matéria, “Útero influi no QI” (*Folha de S. Paulo* 31 jul. 1997, p.1-16), ao contrário do que pode parecer, relata pesquisa comparando gêmeos fraternos e idênticos, para atribuir ao que chamam “fator materno” (ou ambiente uterino) maior importância na transmissão do QI do que fatores genéticos.

Parecem, porém, insondáveis os caminhos que levaram o estudo “Middle-aged mothers live longer”¹⁴, que ocupava menos de uma página na fonte original e foi contestado por diversas razões em seis outros artigos, a ter encontrado repercussão imediata em dois jornais brasileiros: os articulistas das matérias “Mãe tardia tem maior longevidade” (*Jornal do Brasil*, 11 set. 1997, p.8) e “Estudo liga partos após 40 anos à longevidade” (*Folha de S. Paulo*, 12 set. 1997, p.1-19) demonstraram grande interesse pelo estudo, um deles chegando a destacar um aspecto curioso, segundo o qual tal estudo viria confirmar outros sobre seleção natural entre moscas da fruta, que gozam da mesma prerrogativa.

Disparates à parte, no conjunto de notícias dos jornais brasileiros analisadas, sobressai a divulgação apressada, sensacionalista e, às vezes, leviana (beirando a falta de ética, ao não publicar as réplicas e tréplicas), que parece continuamente desmentir o tão alardeado objetivo de combater o analfabetismo científico, que parece atingir, ironicamente, os próprios jornalistas.

No entanto, no que concerne as representações sobre corporalidade e gênero, há alguns sinais alvissareiros: os homens começam a ser identificados como possíveis contribuidores de problemas para o feto, responsabilidade tradicionalmente atribuída exclusivamente à mulher; no que se refere à

¹⁴ Publicado sem nenhum alarde na seção “Scientific Correspondence” da *Nature*, v.389, n.6647, de 11 set. 1997.

saúde reprodutiva, o corpo masculino começa a comparecer no noticiário – em matérias sobre impotência e seus tratamentos, como “Futebol pode tornar adolescente estéril” (*Folha de S. Paulo*, 25 out. 1996, p.1-14) ou “Homem que fuma corre mais risco de ter filho com câncer” (*O Globo*, 17 dez. 1996, p.34).

Antes de encerrar, entretanto, duas inquietantes dúvidas merecem ser socializadas: Por que as publicações das ciências sociais brasileiras incorporaram tão pouco e, também, se preocuparam tão pouco em traduzir a instigante bibliografia que envolve estudos culturais da ciência em geral e os significativos aportes feministas, nesta área em especial? Que significado pode ser atribuído ao sucesso alcançado por uma mísera resenha de uma página publicada na revista *Nature*, correlacionando longevidade com o parto depois dos 40 anos; ou aborto e suicídio; ou, ainda, as isoladas notas sobre encolhimento do cérebro das grávidas e a influência do útero sobre o QI?

De maneira geral, as matérias jornalísticas analisadas, além de ignorarem a produção das ciências sociais sobre saúde reprodutiva, deixam transparecer possíveis vieses de gênero, tanto na escolha quanto na retradução das notícias, ao mesmo tempo que reforçam a visão estereotipada de “ciência” como espelho da realidade.

ANEXO

Dados referentes às matérias reunidas na base de dados “Olhar sobre a Mídia”, publicadas nos jornais *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, entre julho de 1996 e junho de 1998

Tabela 1 Fonte principal de matéria por categoria temática (em %) – jul.1996 - jun. 1998

Fonte	Total		Aborto %	Câncer %	Aids/DSTs %	Reprodução %	Cult. sexual %
	N	%					
Legislativo	141	3	9,7	0,4	1,8	1,2	3,6
Executivo	700	15	13,2	4,6	27,0	12,7	8,4
Judiciário/ policial	521	11	9,9	0	4,4	1,9	25,0
ONGs/ movimentos / associações	202	4	3,7	0,4	6,4	1,1	5,2
Igrejas	153	3	17,0	0	0,7	2,4	2,5
Setor privado/ fundações	227	5	1,0	9,1	5,0	8,6	3,0
Universidade/ estudos acadêmicos	354	8	5,2	21,1	7,8	12,3	3,3
Inst. públicas (estatais e não)	312	7	5,8	18,9	8,7	8,5	2,2
Publicações científicas	292	6	2,1	16,8	8,2	11,1	1,3
Personagens da notícia/ testemunhas	477	10	6,8	7,4	5,0	11,4	16,0
Matéria de opinião/ autor	303	7	12,4	0,7	3,6	5,7	8,9
Diversas *	954	21	13,2	20,6	21,4	23,1	20,6
Total	4.636		484	285	1.411	883	1.573
	100	100	100	100	100	100	100

* “Diversas” refere-se a 954 matérias: organismos internacionais (104); conferências e eventos (247); outros veículos da mídia (257); partidos políticos e parlamentares (30); pesquisa de opinião pública (27); cons. sind. assoc. médicas (67); fontes diversas (99), outras fontes (123) .

Fonte: CCR - Banco de dados “Olhar sobre a Mídia”

Tabela 2 Área de abordagem por categoria temática (em %) – jul.1996 - jun. 1998

Áreas de abordagem	Total		Aborto %	Câncer %	Aids/DSTs %	Reprodução %	Cult. sexual %
	N	%					
Ciências Biológicas e da Saúde	1.459	31,5	5,8	80,4	41,4	54,8	8,5
Ciências Humanas e Sociais	269	5,8	2,1	1,8	3,8	6,3	9,2
Cidadania/ direitos/ manifestações	87	1,9	2,9	0	1,6	0,7	2,8
Leis / regulamentos / fiscalização	474	10,2	49,4	0,4	2,5	7,4	8,5
Religião	85	1,8	9,1	0	0,3	2,0	1,2
Políticas públicas	529	11,4	5,4	6,3	25,6	8,8	2,9
Diversas	15	0,3	0	1,8	0,5	0	0,1
Outras*	1.718	37	25,4	9,6	24,4	19,8	66,7
Total	4.636	99,90	484	285	1.411	883	1.573
	100		100,1	100	100,1	99,8	99,9

*Outras áreas de abordagem referem-se a: Comercialização/mercado; Direito; Moral/ ética; Comunicação/ Artes; Direitos Humanos; Moral/ ética; Meio ambiente.

Fonte: CCR - Banco de dados "Olhar sobre a Mídia"

Tabela 3 Matérias tendo como fonte publicações científicas, universidades ou estudos acadêmicos: área de abordagem por categoria temática (em %) – jul.1996 - jun. 1998

Áreas de abordagem	Total		Aborto %	Câncer %	Aids/DSTs %	Reprodução %	Cult. sexual %
	N	%					
Ciências Biológicas e da Saúde	544	84,2	45,7	98,2	86,7	88,8	61,1
Ciências Humanas e Sociais	39	6	2,9	0,9	4,4	2,4	30,6
Cidadania/ direitos/ manifestações	0	0	0	0	0	0	0
Leis / regulamentos / fiscalização	12	1,9	20	0	0,4	1,5	1,4
Religião	0	0	0	0	0	0	0
Políticas públicas	9	1,4	2,9	0	1,8	2,0	0
Diversas	1	0,1	0	0	0	0	1,4
Outras*	41	6,4	28,7	0,9	6,5	5,0	5,6
Total matérias	646		36	108	225	205	72
		100	100	100	100	100	100

*Outras áreas de abordagem referem-se a: Comercialização/mercado; Direito; Moral/ ética; Comunicação/ Artes; Direitos Humanos; Moral/ ética; Meio ambiente.

Fonte: CCR - Banco de dados *Olhar sobre a Mídia*

Referências

- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Feminino na publicidade: consumo e produtos domésticos*. Vitória, 1998. mimeo. [Trabalho apresentado na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Vitória (ES), 5-9 abr. 1998]
- ARDAILLON, Danielle. *Cidadania de corpo inteiro: discursos sobre aborto em número e gênero*. São Paulo, 1997. Tese (doutorado) Depto. de Sociologia/FFLCH/USP.
- BARROSO, Carmen. Direitos reprodutivos: a realidade social e o debate político. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.62, p.52-9, ago.1987.
- CFEMEA – CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA, REDESAÚDE. *Mulher e mídia: uma pauta desigual*. Rio de Janeiro; São Paulo, 1997. [Relatório do seminário Mulher e Mídia: uma pauta desigual]
- CITELI, Maria Teresa. *Implicações e obliterações de gênero em revistas biomédicas e artigos de jornal*. Vitória, 1998. mimeo. [Trabalho apresentado na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Vitória (ES), 5-9 abr. 1998]
- CORREA, Sonia. Anticoncepcionais injetáveis na perspectiva feminista: o debate histórico e os novos desafios. In: ARILHA, Margareth, CITELI, Maria Teresa (orgs.) *Políticas, mercado, ética: demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva*. São Paulo: Ed. 34, 1998. p.25-41.
- ENGESTEIN, Laura. Morality and the wooden spoon: Russian doctors view syphilis, social class, and sexual behavior. In: GALLAGHER, Catherine, LAQUEUR, Thomas. *The making of the modern body: sexuality and society in the nineteenth century*. Berkeley: University of California Press, 1987. p.169-208.
- FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: *CIÊNCIAS Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS; Vértice, 1989.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Myths of gender: biological theories about women and men*. Nova York, Basic Books, 1985.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FRANKLIN, Sarah. Making transparencies: seeing through the sciences war. *Social Text*, Durham NC, v.14, n.46/47, p.141-56, Spring/Summer, 1996.
- GALVÃO, Jane. *Aids e imprensa: um estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (mestr.) Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.
- _____. Enlightenment@science_wars.com: a personal reflection on love and war. *Social Text*, Durham NC, v.15, n.50, p.123-29, Spring 1997.
- HARDING, Sandra. *Whose science? whose knowledge?* Ithaca [NY]: Cornell University Press, 1991.
- _____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-32, 1993.
- _____. Science is "good to think with". *Social Text*, Durham NC, v.14, n.46/47, p.15-26, Spring/Summer 1996.
- HILGARTNER, Stephen. The dominant view of popularization: conceptual problems, political uses. *Social Studies of Science* (SAGE, London)v. 20, p.519-39, 1990.
- LAQUEUR, Thomas. *Making sex: body and gender from Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

- LAQUEUR, Thomas. Orgasm, generation, and the politics of reproductive biology. In: GALLAGHER, Catherine, LAQUEUR, Thomas. *The making of the modern body: sexuality and society in the nineteenth century*. Berkeley: University of California Press, 1987. p.1-41.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LATOUR, Bruno, WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção de fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LEVINE, George. What is science studies for and who cares? *Social Text*, Durham NC, v.14, n.46/47, p.113-128, Spring/Summer 1996.
- LOPES, Maria Margareth. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 10, p. 345-368, 1998.
- MARTIN, Emily. *The woman in the body: a cultural analysis of reproduction*. Milton Keynes [UK]: Open University Press, 1989.
- _____. Meeting polemics with irenics in the sciences war. *Social Text*, v.14, n.46/47, p.43-59, Spring/Summer 1996.
- MARTINE, George. *Brazil's remarkable fertility decline: a fresh look at key factors*. Cambridge [Massachusetts, EUA]: Harvard Center for Population and Development Studies, 1995. (Working Papers Series. n.95.04).
- NELKIN, Dorothy. The sciences war: responses to a marriage failed. *Social Text*, 46/47, Vol. 14, nos. 1 e 2, p.93-100, Spring/Summer 1996.
- OLHAR SOBRE A MÍDIA. São Paulo: CCR, n.1 a 7, 1996-8.
- PISCITELLI, Adriana. *Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas*. Campinas, 1996. mimeo.
- _____. *Nas fronteiras do "natural": comentários sobre gênero e parentesco no debate feminista contemporâneo*. Caxambu, 1996. [Comunic.apres. ao XX Encontro Nacional da ANPOCS]
- _____. "Sexo tropical": comentários sobre gênero e "raça" em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6/7, p. 9-34, 1996.
- RAGO, Margareth. E se Nietzsche tivesse razão? A categoria do gênero no pós-estruturalismo. In: SCAVONE, Lucila. *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996. (Série Seminários e Debates).
- RAPP, Raynna. Anthropology: feminist methodologies for the science of man? In: ZALK, S.R., GORDON-KELTER, . *Revolutions in knowledge*. Westview, 1992.
- ROSE, Hilary. My enemy's enemy is – only perhaps – my friend. *Social Text*, Durham NC, v.14, n.46/47, p.61-80, Spring/Summer 1996.
- SCHIEBINGER, Londa. Skeletons in the closet: the first illustrations of the female skeleton in eighteenth-century anatomy. In: GALLAGHER, Catherine, LAQUEUR, Thomas. *The making of the modern body: sexuality and society in the nineteenth century*. Berkeley: University of California Press, 1987. p.42-81.
- _____. Why mammals are called mammals: gender politics in eighteenth century natural history. *The American History Review*, v.90, p.382-411, 1993.
- SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of history*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, jun.1991.